



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA TURMA ESPECIAL**

**Processo nº** 11080.004707/2003-10  
**Recurso nº** 154.126 Voluntário  
**Matéria** IPI - PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE CRÉDITO PRESUMIDO  
**Acórdão nº** 293-00.154  
**Sessão de** 10 de fevereiro de 2009  
**Recorrente** DHB - COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A  
**Recorrida** DRJ - PORTO ALEGRE - RS

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Período de apuração: 01/10/2002 a 31/12/2002

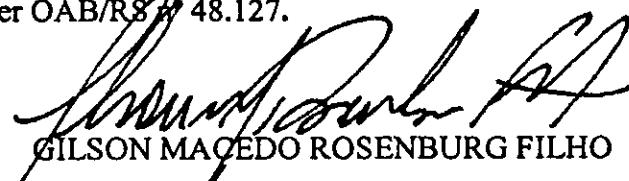
**COMPETÊNCIA RECURSAL DAS TURMAS ESPECIAIS.**

As Turmas Especiais do Segundo Conselho de Contribuintes apreciam processos que versem sobre indeferimento de direito creditório relacionado ao IPI de valor inferior a R\$ 100.000,00.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA TURMA ESPECIAL do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, para declinar a competência à CÂMARA, em razão do valor superior ao de alçada previsto para as Turmas Especiais deste Conselho. Fez sustentação oral pela Recorrente, o Dr. Rafael Korff Wagner OAB/RS 48.127.

  
GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

Presidente

  
ALEXANDRE KERN

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Luis Guilherme Queiroz Vivacqua e Andréia Dantas Lacerda Moneta.

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 05/03/09

  
Marilde Curado - Relatora  
Mat. S. 2009

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>25/03/09</u>
<i>[Signature]</i> Marilde Cursino de Oliveira Mat. Siape 91650

## Relatório

Cuida-se de recurso (fls. 518 a 536) interposto pelo recorrente acima qualificado, contra o Acórdão nº 10-15.060, de 24 de janeiro de 2008, da DRJ/POA, fls. 506 a 512, cuja ementa foi vazada nos seguintes termos:

*Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI Período de apuração: 01/10/2002 a 31/12/2002 CREDITO PRESUMIDO. APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. DECADÊNCIA.*

*Inaplicável o conceito de decadência para o exame dos documentos que compõem a base de cálculo do crédito presumido do IPI.*

### *CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI. BASE DE CÁLCULO.*

*Somente podem ser incluídas na base de cálculo do benefício, as vendas comprovadamente feitas para empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação, remetidos diretamente para embarque ou para recinto alfandegado, por conta e ordem do adquirente.*

*Não pode ser incluído na Receita de Exportação, compondo, todavia, a Receita Operacional Bruta, o valor das vendas efetivamente realizadas, mas não comprovadamente destinadas ao exterior.*

### *Solicitação Indeferida*

Após sintetizar a demanda e protestar pela tempestividade de seu recurso contra a decisão de piso, que manteve o despacho decisório que indeferiu R\$ 335.266,68 (fl. 288), do valor original de seu pedido de ressarcimento de Crédito Presumido de IPI - CP, o Recorrente, em sede de preliminar argui a decadência do direito da União de lançar qualquer valor relativo à homologação dos créditos presumidos de IPI do 4º trimestre de 2002. Para embasar sua arguição, articula os arts. 156, incs. V e VII, e 150, § 4º, todos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional - CTN. Cita doutrina de Fábio Fanucchi, Ruy Barbosa Nogueira e José Souto Maior Borges e transcreve jurisprudência. Argumenta que o prazo para exame do pleito está expressamente previsto no § 4º do art. 150 do CTN.

No mérito repisa a base legal do benefício instituído pela Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996, para combater a exclusão das vendas efetuadas para sociedades comerciais exportadoras no cômputo da Receita de Exportação - REx. Entende que tal exclusão afronta o inc. II do § 15 do art. 3º da Portaria MF nº 38, de 27 de fevereiro de 1997, que transcreve. Incidentalmente, argumenta que a glosa desses valores fosse também realizada da apuração da Receita Operacional Bruta – ROB.

Na continuação, rechaça a afirmação contida na decisão recorrida no sentido de que, nas vendas cujo montante foi glosado, estaria ausente o fim específico de exportação, redargüindo que as mercadorias remetidas à sociedade comercial exportadora foram efetivamente exportadas. Lança mão da doutrina de Aires F. Barreto, Geraldo Ataliba e J. A. Lima Gonçalves.

Conclui, requerendo acolhida à preliminar de decadência e, quanto ao mérito, seja reformada a decisão de piso, para que sejam revertidas as glosas empreendidas na REx. Alternativa e sucessivamente, que se determine a exclusão do mesmo valor da ROB. Requer ainda que as intimações sejam endereçadas aos procuradores signatários da peça recursal.

É o Relatório

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 25/03/09

*M*  
Marilde Cursino de Oliveira  
Mat. Siape 91850

*A*

## Voto

Conselheiro ALEXANDRE KERN, Relator

Compulsando os autos, constato, à folha 288, que o valor em litígio no presente processo – R\$ 355.266,68, sobeja o valor de alçada estabelecido pelo art. 2º, inc. II, da Portaria MF nº 92, de 13 de maio de 2008 (D.O.U. de 15-05-2008), que instituiu as Turmas Especiais de julgamento nos Conselhos de Contribuintes.

Em face do exposto, voto no sentido de que não se a conheça petição de fls. 518 a 536, declinando-se à 3ª Câmara deste Conselho a competência para apreciá-la.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2009



ALEXANDRE KERN

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília,	25, 03, 09
M. Cursino de Oliveira	
Mat. Sape 91650	